



## CONCURSO PÚBLICO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE-IJUÍ

#### CARGO

**A** GENTE TRIBUTÁRIO

12.3.2023

Esta prova consta de 30 (trinta) questões, assim distribuídas:

- Português ..... 4 questões
- Matemática ..... 4 questões
- Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo..... 16 questões
- Legislação ..... 6 questões

## ATENÇÃO

1. Confira o total das questões. Qualquer irregularidade, comunique ao fiscal antes de iniciar a prova.
2. **O cartão contém duas partes:**
  1. **Uma é para assinalar as respostas**, devidamente desidentificada.
  2. **A outra com a identificação do candidato. Nesta parte**, confira seus dados (nº de inscrição, nome e cargo) e **assine no local indicado**.
3. As duas partes não podem ser destacadas uma da outra, as quais deverão ser entregues ao fiscal de sala.
4. Assinale apenas UMA resposta para cada questão objetiva.
5. Ao passar para o cartão-resposta, negrite a quadrícula na linha e coluna correspondentes à resposta correta. É vedada qualquer marca que não seja na quadrícula correspondente à resposta do candidato. Caso isso ocorra, o candidato estará automaticamente desclassificado.
6. A interpretação das questões é parte integrante da prova.
7. Questão rasurada será anulada.
8. A duração da prova é de 3h (três horas), incluindo o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

**BOA PROVA!**

Nº DE INSCRIÇÃO

NOME



## P ortuguês

### TEXTO I

1 A responsabilidade social é o modo de pensar e agir de forma ética nas relações. Apesar  
2 de estar fortemente relacionada a empresas, a prática pode estar diretamente ligada a uma  
3 ação, realizada por pessoas físicas ou jurídicas, que tenha como objetivo principal contribuir  
4 para uma sociedade mais justa. Ou seja, qualquer indivíduo pode e deve praticar ações  
5 voluntárias pensando no bem-estar comum e no próximo. [...]

6 Nos dias atuais, é notável a importância da responsabilidade social para o  
7 desenvolvimento da sociedade. Por meio dela, empresas e pessoas assumem a  
8 responsabilidade de suas ações em âmbito social, desde sua influência no meio ambiental, na  
9 vida das outras pessoas (no caso das empresas de seus colaboradores também), até causas  
10 maiores como a superação de problemas sociais. Tais ações, muitas vezes, passam  
11 despercebidas no dia a dia; porém, a médio e longo prazo podem gerar resultados positivos e  
12 perceptíveis para a população.

13 Com a pandemia, a relevância da prática tornou-se ainda mais evidente, uma vez que  
14 indivíduos e empresas atuaram no enfrentamento da doença e tomaram medidas, a curto  
15 prazo, pensando no coletivo como doações de recursos, serviços e produtos. [...]

<https://mgnconsultoria.com.br/responsabilidade-social/>

### TEXTO II

1 A responsabilidade social denomina as ações que a empresa adota para contribuir para  
2 uma sociedade mais justa. No entanto, esse tema ainda é pouco compreendido,  
3 principalmente pelas empresas.

4 A responsabilidade social, apesar de não ser obrigatória por lei, é uma forma de a  
5 empresa adotar uma postura positiva em relação à sociedade. É uma maneira de contribuir  
6 para o bem-estar do público externo e interno.

7 De acordo com o Livro Verde da Comissão Europeia, de 2001, a gestão das empresas  
8 não pode ser norteadas apenas para o cumprimento de interesses dos proprietários das  
9 mesmas. Mas ela também deve atender a outros detentores de interesses, como os  
10 trabalhadores, as comunidades locais, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os  
11 concorrentes e a sociedade em geral.

12 Com o passar do tempo, o conceito de responsabilidade social ganhou várias  
13 nomenclaturas diferentes. Por vezes, elas podem ter significados bem distintos. Dentre elas,  
14 estão: Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Socioambiental e  
15 Responsabilidade Social Empresarial.

<https://mgnconsultoria.com.br/responsabilidade-social/>



### TEXTO III

1 A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) ou Responsabilidade Social Empresarial  
2 (RSE) visa atender à crescente demanda da sociedade por uma maior contribuição das  
3 empresas em relação aos problemas sociais, ambientais, éticos e trabalhistas existentes, assim  
4 como pela adoção de uma postura de maior responsabilidade das empresas pelos impactos  
5 que geram.

6 Empresas socialmente responsáveis assumem um conjunto de princípios, diretrizes e  
7 práticas que buscam ressignificar o papel de seus negócios e, assim, gerar mais valor e  
8 reputação para a marca. Em outras palavras, seus *stakeholders* passam a valorizar mais  
9 algumas empresas por seus posicionamentos e práticas em prol da população. [...]

10 A Responsabilidade social ambiental (RSA) busca atender à necessidade de a população  
11 ser mais socialmente responsável e ambientalmente sustentável. Assim, pessoas físicas e  
12 jurídicas passam a adotar medidas que visam ao benefício da sociedade e do meio ambiente.

<https://fadc.org.br/noticias/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-responsabilidade-social>

1. Analise as seguintes afirmações acerca das ideias tratadas nos textos I, II e III.
  - I. A definição de responsabilidade social, descrita no início do texto I, estabelece uma relação de antonímia com a definição do início do texto II.
  - II. O objetivo das ações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas em termos de responsabilidade social, citado no texto I (l. 3 e 4), encontra total correspondência com a finalidade das ações das empresas que adotam a responsabilidade social, de acordo com o texto II (l. 1 e 2).
  - III. A obrigatoriedade de as empresas adotarem medidas acerca da responsabilidade social representa uma “postura positiva em relação à sociedade” (texto II, l.5), contribuindo para o bem-estar do público externo e interno.

De acordo com o texto:

- A.  As afirmações I, II e III são verdadeiras.
  - B.  Somente a afirmação III é falsa.
  - C.  A afirmação II é verdadeira e as afirmações I e III são falsas.
  - D.  Somente a afirmação I é falsa.
2. Atribua 100 pontos para cada afirmativa correta sobre os textos e 10 pontos para cada afirmativa incorreta. Após, assinale a alternativa que apresenta a soma correspondente a todos os pontos.
    - De acordo com o Livro Verde da Comissão Europeia, referido no texto II (l. 7), trabalhadores, comunidades locais, clientes, autoridades públicas, sociedade em geral, entre outros, devem nortear os interesses das empresas, indo além do cumprimento dos interesses de seus proprietários.
    - Problemas sociais, ambientais, éticos e trabalhistas estão para Responsabilidade Social Corporativa ou Empresarial, assim como adotar medidas que visam ao benefício da sociedade e do meio ambiente está para Responsabilidade Social Ambiental.
    - A definição de Responsabilidade Social, no início dos textos I e II, caracteriza os textos como descritivos.
    - Predomina nos textos o sentido conotativo das palavras, o que se justifica pelo emprego da linguagem referencial.
    - Assumir “um conjunto de princípios, diretrizes e práticas que buscam ressignificar o papel de seus negócios e, assim, gerar mais valor e reputação para a marca”, conforme o texto III (l. 6, 7 e 8), é parte da missão de todas as empresas, independentemente do tipo de recursos, serviços e produtos por elas prestados.
- A.  410
  - B.  230
  - C.  320
  - D.  500

3. Analise os itens a seguir e, na sequência, assinale a alternativa correta.
- No texto I, o substantivo **ação** (l. 3) refere-se à **prática** (l. 2), assim como a palavra **mesmas**, empregada no texto II (l. 9), refere-se a **empresas** (l. 7).
  - Na expressão “pessoas físicas **ou** jurídicas”, no texto I (l. 3), a palavra **ou** expressa ideia de exclusão.
  - A conjunção **porém**, no último período do segundo parágrafo do texto I (l.11) expressa o mesmo sentido que a conjunção que inicia o segundo período do texto II (l. 2).
  - No texto I, o termo **resultados positivos e perceptíveis** (l.11 e 12) é sujeito do verbo **gerar** (l.11).
  - As expressões **a longo prazo** (l.11) e **a curto prazo** (l.14 e 15), de acordo com o contexto do texto I, denotam sentido contrário.
- A. ( ) Os itens I, II, III e V estão corretos e o IV está incorreto.  
B. ( ) Os itens I, III e V estão corretos e os itens II e IV estão incorretos.  
C. ( ) Os itens I, II e IV estão incorretos e os itens III e V estão corretos.  
D. ( ) Os itens I, III, IV e V estão corretos e o item II está incorreto.
4. Assinale a única alternativa que apresenta erro.
- A. ( ) A primeira vírgula do segundo parágrafo do texto I (l. 6) separa uma expressão adverbial de tempo, assim como a vírgula que separa a expressão **Ou seja** (l. 4), no mesmo texto, separa uma expressão explicativa.
- B. ( ) Os vocábulos **influência**, **prática**, **também** e **relevância** recebem acento gráfico, respectivamente, em atenção à mesma regra que acentua os vocábulos **importância**, **ética**, **porém** e **obrigatória**.
- C. ( ) No texto I, a expressão **de forma ética** (l. 1) atua como um adjunto adverbial de modo em relação aos verbos **pensar** e **agir** (l. 1). No texto II, o termo **uma postura positiva** (l. 5) completa a transitividade do verbo **adotar** (l. 5), assim como o termo **mais algumas empresas**, no texto III (l. 9), completa o sentido do verbo **valorizar** (l. 8).
- D. ( ) Retirando a desinência de plural da palavra **Empresas** em: “*Empresas socialmente responsáveis assumem um conjunto de princípios, diretrizes e práticas que buscam ressignificar o papel de seus negócios...*”, todas as demais palavras que estiverem no plural deverão passar para o singular a fim de atender à sintaxe de concordância.

## Matemática

5. A média aritmética das idades, em anos, de 8 professores é igual a 26. Se um novo professor de 53 anos for contratado, a média das idades dos 9 professores passará a ser de:
- A. ( ) 27  
B. ( ) 28  
C. ( ) 29  
D. ( ) 30
6. Três atendentes atendem 8 clientes em 50 minutos. Com a mesma eficiência, cinco atendentes atenderão 36 clientes em:
- A. ( ) 1 hora e 35 minutos.  
B. ( ) 2 horas e 05 minutos.  
C. ( ) 2 horas e 15 minutos.  
D. ( ) 2 horas e 25 minutos.
7. Considerando que, em uma empresa, trabalham 40 colaboradores, dos quais 14 são mulheres e o restante são homens, qual é a probabilidade de escolher, ao acaso, um colaborador e ele ser homem?
- A. ( ) 60%  
B. ( ) 65%  
C. ( ) 70%  
D. ( ) 75%



8. Sendo A(-2,6) e B(6,0) pontos no plano cartesiano, qual a distância entre A e B?
- A. ( ) 6 unidades de medida.
  - B. ( ) 8 unidades de medida.
  - C. ( ) 10 unidades de medida.
  - D. ( ) 14 unidades de medida.

## Conhecimentos Específicos e Atribuições do Cargo

9. Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª Edição, p. 60, marque a alternativa que compreende corretamente as etapas em que a receita orçamentária pode ser resumida.
- A. ( ) Previsão, lançamento, arrecadação e recolhimento.
  - B. ( ) Reconhecimento, lançamento, arrecadação e recolhimento.
  - C. ( ) Previsão, lançamento, recolhimento e demarcação.
  - D. ( ) Lançamento, arrecadação, recolhimento e empenho.
10. Considerando o art. 6º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, no que tange a princípios a serem observados nas atividades de tratamento de dados pessoais, analise os itens a seguir:
- I. Responsabilização e prestação de contas.
  - II. Não discriminação.
  - III. Livre acesso.
  - IV. Quantidade dos dados.
- De acordo com a proposição acima, marque a alternativa cujos itens correspondem corretamente aos princípios referidos.
- A. ( ) Somente os itens II e IV estão corretos.
  - B. ( ) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
  - C. ( ) Somente os itens I, II e III estão corretos.
  - D. ( ) Todos os itens estão corretos.
11. As espécies de renúncia de receita, abordadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 9ª Edição, p. 65/66, não compreendem a renúncia prevista na alternativa:
- A. ( ) Anistia.
  - B. ( ) Remissão.
  - C. ( ) Débito presumido.
  - D. ( ) Isenção.
12. Em conformidade com o artigo 29 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, marque a alternativa que compreende corretamente a definição de operação de crédito.
- A. ( ) Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
  - B. ( ) Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
  - C. ( ) Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
  - D. ( ) Refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.



13. Segundo o artigo 10 da Lei Municipal nº 1980, de 05 de outubro de 2010, para fins de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, tendo em vista a base de cálculo e alíquotas, o preço do metro quadrado de cada tipo de construção será fixado levando-se em consideração os itens a seguir.
- Os valores estabelecidos em contratos de construção.
  - Os preços relativos às últimas transações imobiliárias.
  - Os valores estabelecidos em contratos de empreitada.
  - O custo do metro quadrado de construção corrente no mercado imobiliário.
- Marque a alternativa que contém corretamente os itens que estão contemplados no dispositivo legal mencionado.
- Todos os itens estão corretos.
  - Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
  - Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
  - Todos os itens estão incorretos.
14. No que tange às limitações do poder de tributar, considerando o teor do artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, qual das alternativas a seguir não representa vedação à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios?
- Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
  - Utilizar tributo com efeito de confisco.
  - Instituir tratamento igual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
  - Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
15. O art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, prevê que a liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Considerando que a liquidação da despesa passa por verificação que objetiva apurar as informações a seguir elencadas, marque a alternativa correta.
- A origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
  - A origem e o valor que se deve empenhar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
  - A origem e o objeto do que se deve pagar; a importância aproximada a pagar; e quando se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
  - A origem e o valor do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e quando se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.
16. Marque a alternativa que não contempla conduta que configure ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.429 de 1922.
- Revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.
  - Nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.
  - Prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso.
  - Descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

17. As assertivas a seguir versam sobre obrigação tributária nos termos do artigo 113 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.
- I. Surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
  - II. Decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.
  - III. Pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- Considerando a obrigação tributária acessória, marque a alternativa correta.
- A.  Apenas a assertiva I é verdadeira.
  - B.  Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
  - C.  Apenas a assertiva III é verdadeira.
  - D.  Todas as assertivas são verdadeiras.
18. Quanto às modalidades de lançamento, previstas no art. 147 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, o lançamento é efetuado com base nas condições corretamente descritas na alternativa:
- A.  Declaração do sujeito ativo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de ato, indispensáveis à sua efetivação.
  - B.  Declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de ato, dispensáveis à sua efetivação.
  - C.  Declaração do sujeito ativo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, dispensáveis à sua efetivação.
  - D.  Declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.
19. De acordo com o art. 185, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, a respeito das Garantias e Privilégios do Crédito Tributário: “Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa”.
- Quanto à exceção prevista no seu parágrafo único, marque a alternativa correta.
- A.  O disposto nesse artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
  - B.  O disposto nesse artigo se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
  - C.  O disposto nesse artigo não se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas insuficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
  - D.  O disposto nesse artigo se aplica na hipótese de terem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas insuficientes ao total pagamento da dívida inscrita.
20. A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, em seu art. 3º, dispõe que: “Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes”, conforme itens abaixo:
- I. Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
  - II. Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
  - III. Utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.
  - IV. Fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
  - V. Desenvolvimento do controle social da administração pública.
- Marque a alternativa que contempla todas as diretrizes previstas no referido artigo de forma correta.
- A.  Estão corretas as diretrizes previstas somente nos itens I, III e IV.
  - B.  Estão corretas as diretrizes previstas somente nos itens I, II, e V.
  - C.  Estão corretas as diretrizes previstas somente nos itens I, III, IV e V.
  - D.  Estão corretas as diretrizes previstas nos itens I, II, III, IV e V.



21. No que tange às taxas, considere as afirmações a seguir, identificando-as como verdadeiras (V) ou falsas (F):
- ( ) Não poderão ter base de cálculo própria de impostos.
  - ( ) São decorrentes de obras públicas.
  - ( ) Sua cobrança decorre em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- Marque a alternativa correta, considerando a sequência das letras (V) e (F), de cima para baixo.
- A. ( ) V, F, V.
  - B. ( ) F, V, F.
  - C. ( ) F, V, V.
  - D. ( ) V, F, F.
22. São considerados impostos sob a competência dos municípios, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os previstos corretamente na alternativa:
- A. ( ) Importação de produtos estrangeiros; exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; renda e proventos de qualquer natureza; produtos industrializados; serviços de qualquer natureza.
  - B. ( ) Propriedade predial e territorial urbana; operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; propriedade territorial rural; grandes fortunas, nos termos de lei complementar; serviços de qualquer natureza.
  - C. ( ) Propriedade predial e territorial urbana; transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; serviços de qualquer natureza.
  - D. ( ) Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; propriedade de veículos automotores.
23. Em conformidade com a Estrutura Conceitual (estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público - 2016), as características qualitativas da informação incluída nos Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público - RCPGs, estão elencadas corretamente na alternativa:
- A. ( ) A irrelevância, a representação fidedigna, a incompreensibilidade, a intempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.
  - B. ( ) A relevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a comparabilidade e a verificabilidade.
  - C. ( ) A irrelevância, a representação fidedigna, a compreensibilidade, a tempestividade, a incomparabilidade e a verificabilidade.
  - D. ( ) A relevância, a representação fidedigna, a incompreensibilidade, a tempestividade, a incomparabilidade e a verificabilidade.
24. Segundo Paulsen (2012, p. 67), podem ser arrolados os seguintes princípios gerais do Direito Tributário:
- I. Princípio da Capacidade Contributiva.
  - II. Princípio da Isonomia.
  - III. Princípio da Segurança Jurídica.
  - IV. Princípio da Praticabilidade da Tributação.
- Marque a alternativa que contempla corretamente os princípios elencados pelo autor.
- A. ( ) Somente I, II e IV estão corretos.
  - B. ( ) Somente II, III e IV estão corretos.
  - C. ( ) Somente I, II e III estão corretos.
  - D. ( ) I, II, III e IV estão corretos.

## Legislação

25. Segundo a Lei Orgânica de Entre-Ijuís, a Administração Pública direta e indireta do Município obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público, transparência e participação popular, bem como aos demais princípios estabelecidos no(a):
- A.  Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município.
  - B.  Constituição Estadual.
  - C.  Constituição Federal.
  - D.  Plano de Carreira do Magistério Público Estadual.
26. O artigo 8º da Lei Orgânica fala das competências do Município no exercício de sua autonomia. Então podemos afirmar que compete ao Município, dentre outras competências:
- I. Legislar sobre assunto de interesse do Estado.
  - II. Suplementar a Legislação Federal e Estadual no que couber.
  - III. Instituir e arrecadar impostos federais.
  - IV. Aplicar suas rendas, prestando contas e publicando balancetes nos prazos fixados em lei.
- Após a leitura das afirmativas supra, marque a única alternativa correta.
- A.  Somente as afirmativas I e III estão incorretas.
  - B.  Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
  - C.  Nenhuma afirmativa está correta.
  - D.  As afirmativas I, II, III e IV estão corretas.
27. Leia a afirmativa abaixo e, a seguir, assinale a alternativa correta.
- O artigo 38 do Plano de Cargos e Salários da Prefeitura Municipal de Entre-Ijuís, trata do “percentual mínimo de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores efetivos da Administração Direta, nos termos do artigo 37, V, da Constituição da República”. Esse percentual é fixado em:
- A.  20%
  - B.  30%
  - C.  40%
  - D.  50%
28. Marque a alternativa que completa corretamente a lacuna do texto abaixo.
- Acerca dos Concursos Públicos, o artigo 10 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Entre-Ijuís preconiza que o prazo de validade do concurso será de até ..... anos, prorrogável, uma vez, por igual período.
- A.  Um ano.
  - B.  Dois anos.
  - C.  Três anos.
  - D.  Quatro anos.
29. Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de três anos, durante o qual a sua aptidão, capacidade e desempenho serão objetos de procedimento de avaliação conduzida por Comissão Especial designada para esse fim, com vista à aquisição da estabilidade, observados os quesitos das alternativas a seguir, com exceção da alternativa:
- A.  Assiduidade.
  - B.  Liderança.
  - C.  Disciplina.
  - D.  Eficiência.
30. O artigo 67 do Regime Jurídico assim expressa: “O adicional por tempo de serviço público prestado ao município, inicialmente sobre o vencimento do servidor ocupante de cargo efetivo, é devido à razão de:
- A.  01 até 10 anos igual a 1%.
  - B.  11 até 20 anos igual a 3%.
  - C.  21 até 30 anos igual a 4%;
  - D.  31 até 35 anos igual a 5%.